

Ministério Público informa sobre as remoções em Antônio Pereira



Por Hellen Perucci

Na última terça-feira, 09 de fevereiro, o prefeito Angelo Oswaldo comunicou a decisão da Vale a respeito da remoção das 30 famílias cadastradas pela Defesa Civil no distrito de Antônio Pereira, em Ouro Preto. A realocação acontecerá a partir de uma mancha definida no mês de julho de 2020. A matéria completa você confere [aqui](#).

Em nota, o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) afirmou que: "A empresa de auditoria externa é a SLR Canada Consulting. Ela audita o estudo de mancha feito pela empresa Vale. No ano passado, a Vale apresentou dois estudos de mancha, um mais ampliado do território (em junho) e outro mais reduzido (em agosto). A SLR havia concordado com os parâmetros de ambos os estudos, mas entendeu que, por faltar o estudo definitivo, todas as famílias que estavam na ZAS ampliada e que foram retiradas desta zona no segundo estudo de mancha deveriam ser retiradas de suas casas até o estudo definitivo".

E comunica que a decisão da última terça-feira foi tomada a partir de uma reunião com a empresa mineradora: "A Vale, em reunião no dia 08/02/2021 com a SLR, na qual se fizeram presentes membros do MPMG e representantes da Agência Nacional de Mineração (ANM), apresentou novo estudo de mancha de fevereiro de 2021, tendo a SLR entendido como adequada a definição da ZAS como a somatória das manchas de agosto 2020 e fevereiro 2021. A ANM, órgão público responsável por analisar os estudos, concordou com a delimitação da mancha, na forma validada pela SLR".